



**DESCOLONIZAR O PENSAMENTO PARA DESPRENDER-SE DO
COMPARAR, E, PARA NÃO TEORIZAR DECOLONIAL COMO
APREENDIDO: comparar-se é um ato de fraqueza¹**

**DESCOLONIZAR LOS PENSAMIENTOS PARA LIBERARLOS DE LA
COMPARACIÓN, Y NO TEORIZAR LOS DECOLONIOS COMO
APRENDIZAJE: compararse es un acto de debilidad**

**DECOLONIZE YOUR THINKING TO GET AWAY FROM COMPARING,
AND NOT TO THEORIZE DECOLONIALS AS LEARNED: comparing
yourself is an act of weakness**

Marcos Antônio Bessa-Oliveira²

Resumo: Uma perspectiva teórica sempre migrou de lugar em lugar. Ou seria melhor dizer que

¹ Este texto está vinculado a um projeto de pesquisa intitulado “PRÁTICAS CULTURAIS LATINO-FRONTIARIAS: ARTES DE “PAISAGENS”, SILÊNCIOS E APAGAMENTOS EM CENA NA CULTURA SUL-MATO-GROSSENSE”, registrado na Divisão de Pesquisa/PROPPI/UEMS, sob o protocolo de número 277652.1602.1343.05012022, e está vinculado ao Grupo de Pesquisa NAV(r)E – Núcleo de Artes Visuais em (re)Verificações Epistemológicas – UEMS/CNPq.

² Marcos Antônio Bessa-Oliveira é Professor da UEMS – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul nos cursos de Dança e Teatro e no PROFEDUC – mestrado e doutorado. É líder do Grupo de Pesquisa NAV(r)E (UEMS/CNPq); é membro dos Grupos de Pesquisa NECC e do Grupo de Pesquisa Estudos Visuais (UNICAMP/CNPq). Editor chefe do periódico Cadernos de Estudos Culturais. ORCID iD – <http://orcid.org/0000-0002-4783-7903>. Email: marcosbessa@uems.br.

várias perspectivas teóricas europeias e/ou estadunidenses sempre migraram para lugares como a América Latina, chegando até ao Brasil. Mais nas disciplinas que buscaram discutir as produções culturais, mas também nas áreas disciplinares em que a produção de conhecimentos é objeto, a *hospitalidade* (Derrida) acadêmica brasileira quase nunca foi hostil em relação aos referenciais teóricos que sempre aportaram-se aqui e foram desenfreadamente aplicados nas leituras *sobre* nossas práticas culturais e de produção de conhecimentos. Considerando isso, que não é pouco, vou propor uma discussão que já tinha dito desimportante: se DES ou DE quando se fala em pensamentos contra-hegemônicos, como *um* pensamento descolonial, contrários às lógicas teóricas migrantes como teoria decolonial que tem se aninhado em muitas instâncias, culturais e de conhecimentos, mas disciplinares, a fim de reforços coloniais sem esforços contra, pelo menos, como hostilidades locais. Por questões dessa natureza, naturalizadas, acabamos ainda sem raízes e sendo apenas *galhos* de “árvores” alheias sobrevivendo “às sombras” dos anseios coloniais e das colonialidades.

Palavras-chave: Epistemologia. Pensamento. Descolonizar. Re-existência.

Resumen: una perspectiva teórica siempre ha migrado de un lugar a otro. O sería mejor decir que varias perspectivas teóricas europeas y/o americanas siempre han migrado a lugares como América Latina, incluso hasta Brasil. Más en las disciplinas que han buscado discutir las producciones culturales, pero también en las áreas disciplinares en las que la producción de conocimiento es un objeto, la hospitalidad académica brasileña (Derrida) casi nunca ha sido hostil a las referencias teóricas que siempre han aterrizado aquí y se han aplicado desenfrenadamente a las lecturas sobre nuestras prácticas culturales y la producción de conocimiento. Considerando esto, que no es poco, voy a proponer una discusión que ya había dicho que no era importante: si DES o DE cuando se habla de pensamiento contrahegemónico, como el pensamiento descolonial, contrario a las lógicas teóricas migrantes como la teoría decolonial que ha anidado en muchas instancias, culturales y de conocimiento, pero disciplinarias, para reforzar sin esfuerzo el colonialismo contra, al menos, las hostilidades locales. Por razones de esta naturaleza, que están naturalizadas, seguimos acabando desarraigados y siendo sólo ramas de “árboles” ajenos que sobreviven “a la sombra” de los deseos y colonialidades coloniales.

Palabras clave: Epistemología. Pensamiento. Descolonización. Re-existencia.

Abstract: A theoretical perspective has always migrated from place to place. Or it would be better to say that various European and/or American theoretical perspectives have always migrated to places like Latin America, even as far as Brazil. More in the disciplines that seek to discuss cultural production, but also in the disciplinary areas in which the production of knowledge is an object, Brazilian academic hospitality (Derrida) has almost never been hostile towards the theoretical references that have always landed here and have been unrestrainedly applied to readings about our cultural practices and the production of knowledge. Considering this, which is no small matter, I'm going to propose a discussion that I had already said was unimportant: whether DES or DE when we talk about counter-hegemonic thinking, such as decolonial thinking,

contrary to migrant theoretical logics such as decolonial theory, which has nestled itself in many instances, cultural and knowledge, but disciplinary, in order to effortlessly reinforce colonialism against, at least, local hostilities. Because of these naturalized issues, we still end up rootless and just branches of other people's "trees" surviving "in the shadows" of colonial desires and colonialities.

Keywords: Epistemology. Thought. Decolonize. Re-existence.

INTRODUÇÃO – a nossa felicidade é às custas de muitas vidas!

Em memória da minha irmã, Ninha, que nunca se permitiu ser comparada se não com ela mesma. Para mim, um grande exemplo de mulher, amiga, irmã, mãe, avó, individualidade nas nossas *diversidades*. Te amo para sempre minha irmã, minha saudade será eterna.

“Vão dizer que são tolices
Que podemos ser felizes
Mas tudo que eu sei
Não dá pra disfarçar
Dessa vez doeu demais
Amanhã será jamais!”
Gal Costa, 1984.

167

Esta discussão tem a ver com pensamento e não com teoria. Do mesmo modo, espero esta compreendida como um filosofar e não como manipulação de teóricos ou teorias. Portanto, é fundamental compreender que não estarei em defesa deste ou daquele teórico/teoria, subordinados a esta ou aquela lógica filosófica com princípios totalitários (Dussel, 1986), para abrir precedentes para compreendermos *pensamentos outros* (filosofares outros) como “pensar-sendo” (Bessa-Oliveira, 2021). Estarei, independente de teorias/teóricos, em defesa de pensamentos que não querem continuidades teóricas e teorias totalizantes porque essas descartaram pensadores e pensadoras (filosofares) que não se quiseram parte de referenciais acadêmico-disciplinares como teorias. Estou fazendo essas orientações para que leitores (também teóricos e teorias) não se sintam ofendidos ou constrangidos por interpretarem equivocadamente minha reflexão como defesa desta ou daquela teoria que não quis discutir a colonização e as colonialidades do pensamento. Então, não se trata de uma reflexão *sobre*, mas é um pensamento *a partir da condição* necessária de *romper com o padrão de poder* da colonização e das colonialidades: independente do termo que se use para não pensar em totalidade, mas “pluriversidade” de forma/modos de pensar-sendo.

Nessa última frase, encontramos a semente do que será elaborado por meio do conceito de “pluriversidade”. Ao mesmo tempo, esses parágrafos expressam a dupla face e a dupla tarefa da “descolonização epistemológica” (traduzida como “descolonialidade”): por um lado, a análise do padrão colonial de poder (modernidade/colonialidade) e, por outro lado, a perspectiva que abre a tarefa fundamental do desprendimento[desapego]³ (Mignolo, 2015, p. 11, tradução livre minha).

É bom que se diga, portanto, que, antes de qualquer coisa, esta discussão não tem nenhuma relação com reflexões teórico-históricas estabelecidas no Brasil a fim de listar como e qual é mais importante que outra. Menos ainda tem a intenção de discutir quem garantiu, melhor ou não, ou que sequer garantiu (algum) lugar à produção brasileira. Pelo contrário, quero fazer evidenciar que as lógicas teórico-críticas migradas para o Brasil, sempre importadas por muitos de nós mesmos, muitas vezes fazendo o percurso da Europa para os Estados Unidos, daqueles para a América Latina e, enfim, disseminados largamente no Brasil, acabaram por *en-cobrir* (Dussel) as culturas e suas práticas, culturais e de conhecimentos locais não somente pela força de suas expressões e pressões, mas, talvez, mais ainda, pela hospitalidade – à lá Jacques Derrida – que essas encontraram no Brasil em seus diferentes departamentos disciplinares institucionais que fizeram no máximo comparar nossas produções em relação às daqueles lugares (Bessa-Oliveira, 2021a).

O uso desses dois conceitos de Jacques Derrida, que vão estar delimitados até aqui em tê-lo como referência, faz muito sentido (como já disse em outra situação quando afirmei que me parece que o autor foi, em muitos casos, muito mal interpretado no Brasil), considerando a nossa capacidade hospitaleira ao estrangeiro, supostamente creditada em todas as situações, e, nossa bem recém-descoberta hostilidade em relação aos nossos próprios pares brasileiros. Intelectual, mas até mesmo humanamente falando, penso que, por um lado, somos hospitaleiros demais com o estran(ho)geiro, mas, por outro, nos mostramos hostis, por demais, com as coisas que se relacionam às nossas singularidades nacionais.

³ “En esta última frase encontramos la semilla de lo que será elaborado a través del concepto de “pluriversidad”. Al mismo tiempo, estos párrafos expresan la doble cara y la doble tarea de la “descolonización epistemológica” (traducida a “descolonialidad”): por un lado la analítica del patrón colonial de poder (modernidad/colonialidad) y, por otro, la prospectiva que abre la tarea fundamental del desprendimiento” (Mignolo, 2015, p. 11).

Aqui, neste último caso, o conceito derridaiano de hostilidade explica bem os últimos acontecimentos de raízes políticas neoliberais emergentes no Brasil a partir de 2018. Mas isso também deve ficar pelo caminho, assim como a referência ao franco-filósofo, para de fato tratar do que me interessa. Quer seja: em que medida ser usado DES ou DE como prefixo a colonial (e suas derivações) faz diferença quando estamos pensando em contra-narrativas hegemônicas (de produção de arte, cultura e conhecimentos – compreendendo a abrangência desses para além dos conceitos estabelecidos pelas teorias e teóricos migrantes hegemônicas) – pensando fazer-sendo descolonizadamente – e não em meras teorizações alheias *sobre* produções próprias? Ops! Acabo de me resvalar à velha discussão sobre *próprio e alheio*. Mas também não é sobre isso que vou tratar diretamente.

Me pergunto se é importante, mais ainda, se é necessário fazer esta discussão? Talvez para mim mesmo não seja nenhuma das duas coisas. Tenho muito claro o pensamento descolonial como uma *epistemologia outra*, ou seria bom dizer como epistemologias *outras*, no plural, como sendo contrárias a qualquer lógica de colonização e/ou colonialidades (aportadas por aqui): continuação, manutenção, mera contra-argumentação, de ruptura, descarte, alheio, próprio, externo, dependência, influência, cópia, modelo, entre vários outros adjetivos conceituais dados pelos Estudos Comparados e os Estudos Culturais tradicionais que se fizeram acercando-os e acercando-se deles para se institucionalizarem. E tenho tão claro isso ao ponto de acompanhar Walter Dignolo, em diferentes publicações, ao reforçar que estou discutindo esta questão *a partir de um pensamento fronteiriço* como um pensar-sendo *a partir da exterioridade biogeocorpográfica*: *bio* = sujeito; *geo* = espaço; *corpo* = individualidade; *grafia/gráfica* = narrativa que pensa-sendo cada qual na sua *diversalidade* temporal e geográfica (Bessa-Oliveira, 2024).

Uma vez que se concordou que, se o padrão de poder foi formado em torno das promessas da modernidade e de sua legitimação na racionalidade, enquanto ocultava seu lado sombrio, a colonialidade, a tarefa de romper com a colonialidade seria constituída pela descolonialidade. **Naquela época, surgiu entre nós a necessidade de especificar se era mais apropriado chamar a tarefa de romper com o padrão colonial de poder de “descolonialidade” ou “descolonialidade”**. Por um lado, começou-se a argumentar que “descolonialidade”, sem o “s”, marcava com maior definição o deslocamento (bem como a continuidade), com “decoloniality” carregando o peso da transmutação de palavras do francês e do inglês (decolonialité, decoloniality), enquanto em espanhol a palavra correspondente seria “des-

colonialidad”. **Minha posição a esse respeito sempre foi a de que o importante não é se deixamos ou tiramos o “s”, mas a que estamos nos referindo quando falamos em romper com o padrão colonial de poder, ou seja, a colonialidade do poder. A partir desse momento, cada um escolheu de acordo com suas próprias preferências. No entanto, o desprendimento é o primeiro passo, pois o desprender-se implica perspectiva, caminhar no horizonte que se abre quando nos desprendemos**⁴ (Mignolo, 2015, p. 10-11, grifos e sublinhados meus, tradução livre minha).

Mesmo assim, em não sendo uma discussão necessária para mim, exclusivamente, mas, além de querer explicar o que compreendo ser um pensamento (pensar-sendo) como diferença/diferente de uma teorização (pensar sobre), quero tentar evidenciar, sem também querer ser exclusivista, que pensar descolonialmente não se restringe aos adjetivos conceituais antes listados e, menos ainda, à teóricos e teorias hegemônicos e, pasmem, não quer dizer restringir-se ao uso dos/das teóricos/as e/ou qualquer que seja o adjetivo/nome que damos a estudiosos/as ou sábios/sábias (pajés, curandeiros, chefes indígenas, anciãos/anciães, etc) que não são e nem têm formação de bases hegemônicas.⁵ Em princípio me parece quase impossível das pessoas que se querem pensadores comuns (que estariam tentando articular-se *a partir de* um pensamento contra-hegemônico como pensamento descolonizado) compreenderem isso como

170

⁴ “Una vez acordado que si el patrón de poder fue formado en torno a las promesas de la modernidad y su legitimación en la racionalidad, ocultando al mismo tiempo su lado oscuro, la colonialidad, la tarea de desprendernos de la colonialidad estaría constituida por la descocolonialidad. En esos momentos surgió entre nosotros la necesidad de especificar si era más apropiado nombrar la tarea de desprendernos del patrón colonial de poder como “descolonialidad” o “decolonialidad”. Por una parte se comenzó a argumentar que “decolonialidad”, sin “s”, marcaba con mayor definición el desplazamiento (a la vez que la continuidad) con “decolonialidad” lleva el peso de la transmutación de palabras del francés y del inglés (decolonialité, decoloniality) mientras que en castellano el vocablo correspondiente sería “des-colonialidad”. Mi posición al respecto fue siempre que lo importante no era si dejábamos o sacábamos la “s” sino a qué nos estamos refiriendo cuando hablamos de desprendernos del patrón colonial de poder, es decir, de la colonialidad del poder. A partir de ese momento cada uno eligió de acuerdo a sus preferencias. No obstante, el desprendimiento es el primer paso puesto que el desprenderse conlleva la prospectiva, caminar en el horizonte que se abre una vez que nos desprendemos” (Mignolo, 2015, p. 10-11).

⁵ Estou querendo dizer com isso que a velha ideia da Universidade se defender como espaço detentor da ciência, quando “dá acesso” aos corpos das diferenças é, quase sempre, com intenção de “educá-los” aos aspectos da ciência disciplinar moderna.

possibilidade – acadêmicos-disciplinares não entenderiam isso nunca. E não estou dizendo que pensamento descolonizado, aqui, tenha como princípio apenas e sequer os autores que eu mesmo tenho usado como referências às minhas discussões. Se fosse isso, esses não seriam compreendidos por mim como pensadores, seriam teóricos. Pois, como já disse, não se trata de usar este ou aquele, “João” ou “Maria”, europeu ou indígena, entre outros sujeitos, colonizadores ou subalternos, teoricamente, para articular suas análises textuais de objetos culturais.

Porque, para início dessa conversa, se você está pensando em “analisar determinada” prática cultural, melhor, analisar não, produzir, compreender, ressaltar como referente a um suposto universal ou mesmo dizer que esta é importante, melhor ou pior que aquelas, por relacionar-se com outras culturas hegemônicas, como um “determinado objeto”, o seu trabalho está usando de teorias como princípio para desqualificar a situação desta prática cultural – porque não falo de objeto, menos ainda de análise (salvo para fazer a crítica tradicional compreender) – em relação à cultura na qual essas práticas culturais se manifestam. Por certo, então, poderíamos falar de *objeto em comparação*, também já disse isso, em relação à cultura na qual ele diz emergir. Não em relação a uma suposta ideia de conceito de objeto (artístico, cultura e de conhecimento) que seja – pretensamente – Universal. Esta sim é a questão mais importante aqui. Pois, à medida que nossas práticas – culturais (artísticas, literárias e outras), sociais, de conhecimentos (ensino, pesquisa) – foram comparadas a outras, essas comparações acabaram por esquecer, para não dizer en-cobrir, essas práticas enquanto relacionais com nós mesmos. Por isso falo que comparar-se é um ato de fraqueza.

Este é, portanto, o princípio para compreender que quando falo de pensamento descolonizado não estou falando em aporte, referência, referencial teórico usados para compreender nossas produções como práticas culturais em relação a outras. Pois, este, de certo, é um fazer prático defendido e definido pelas próprias teorias migradas (importadas) para fazerem ressaltar práticas de lugares periféricos – alheios aos territórios geográfico e histórico da Europa (séc. XVI) e dos Estados Unidos (séc. XX) – como forma de continuar (como semelhantes) ou reforçarem (como cópias), em relação a esses, como sendo diferentes (exóticos) às práticas e culturas hegemônicas, nominadas hoje por eurocêntricas e/ou estadunidenses, por conseguintes, coloniais e de colonialidades. Mais uma vez toquei em pontos cruciais para as discussões teóricas já ocorridas no Brasil que

fizeram por sustentar a continuação da nossa produção ocupando lugar de margem como inferiores e exóticas àqueles. Isso, ao certo, tem relação com a ideia de outro construída pelo Mesmo que vislumbrou o mundo como reflexo distorcido de si próprio: categorizando-o (o mundo) entre o que presta e o que não presta, e de quem é o *Ser* e quem é um *não-ser*, sem levar em consideração qualquer possibilidade de existência de *Outros* sem referências ao que é o Ser-Mesmo e que nos desqualificaram.

Essas questões estão sendo trazidas à baila nesta discussão porque compreender esses pontos é crucial para perceber a grande barbárie que cometemos com nós mesmos. Que a Europa se fortifica sobre o discurso de uma grande narrativa ficcional baseada na ideia de que traria modernidade (salvação) para os mundos “descobertos”, oferecendo cultura (civilidade) aos mundos bárbaros, mas assassinando, estuprando e matando quem fosse displicente (porque não havia a possibilidade de pensar em indivíduos discordantes no contexto), ninguém tem mais dúvidas disso; se tem e insiste neste discurso como verdade absoluta, me desculpem, é burrice pura. Do mesmo jeito, é sabido que os Estados Unidos continuam se sentindo o centro do mundo por terem a moeda mais cara e estável do planeta e sustentam a inverdade de que é a única opção para ofertar igualdade a todos (desenvolvimento e progresso), também não são narrativas ficcionais desconhecidas de ninguém. Do mesmo modo, se insistem nesta narrativa de salvação pela ideia de “sonho americano”, é melhor aparar pelos e cobrir as orelhas, porque ignorância tamanha não tem mais lugar. Isso, portanto, deveria levar-nos a questionar: será que fomos e ainda somos esses mesmos bárbaros, mesmo depois de mais de 500 anos de colonização e colonialidades, que não conseguem produzir nada?

As histórias que contei na seção anterior ilustram um duplo processo histórico, de que só um lado era visível: a modernidade. O outro lado, a colonialidade, permaneceu invisível sob a ideia de que o “colonialismo” seria um passo necessário em direção à modernidade e à civilização; e continua a ser invisível hoje, sob a ideia de que o colonialismo acabou e de que a modernidade é tudo o que existe. Uma das razões para só se ver metade da história é que esta foi sempre contada do ponto de vista da modernidade. A colonialidade era o espaço sem voz (sem ciência, sem pensamento, sem filosofia) que a modernidade tinha, e ainda tem, de conquistar, de superar, de dominar (Mignolo, 2004, p. 676).

Moral dessa história até agora narrada – nada ficcional: faz mesmo diferença usar DES ou DE antevendo a colonização e as colonialidades se sua intenção é pensar-sendo a partir da sua situação *biogeocorpográfica*? Esclareço

para não me parecer mais querer confundir do que discutir, ainda que para mim desnecessário seja, se usar este ou aquele sufixo faz mesmo diferença (?) quando você não quer matar alguém! Pois bem, a ideia, em síntese, é esclarecer que vários são os projetos não hegemônicos que foram en-cobertos pelos projetos hegemônicos – europeu do século XVI com raízes desde a nominada Idade Média no século VIII, e, estadunidense consolidado a partir do século XX, mas, certamente, bem antes arquitetado – e que, os en-cobertos não tendo opção diferente: foram extintos como as várias civilizações indígenas e pré-colombianas, existentes na América Latina no contexto, ou foram tornados escravos, porém não muito menos assassinados, como os povos das diferentes Áfricas para a América Latina trazidos, por exemplo. Além de estupros, anulamentos, aculturações, entre outras coisinhas mais foram feitas e acobertadas pela opção à modernidade/salvação. Desses humanos des-humanizado (não de-humanizados), certamente, teríamos várias opções de usos de suas práticas culturais (artísticas, teóricas e pedagógicas), das quais muito desconhecemos, por condição óbvia, como produções de arte, cultura e conhecimentos. Mas, ainda assim, temos seus descendentes, reconhecidamente em diferentes relações de ancestralidades com aqueles, que fazem proliferar, ainda que a duras penas e com até algumas faltas e deficiências, essas produções (não vou falar em saberes agora para não inferiorizar frente ao científico) trazendo-as aos nossos dias atuais como não sendo colonização do pensamento como quiseram/querem as teorias europeias/estadunidenses.

Descartar os Índios e os Negros e as ervas daninhas, porém, implica também o conhecimento que os “Índios” e os “Negros” tinha acerca da profusa diversidade que viria tornar-se “erva daninha. Desde a invenção da América (ou, para alguns, a descoberta desta), as muitas sociedades indígenas de África transportadas para a América como escravos e as muitas e diversificadas sociedades indígenas seriam todas reduzidas a uma categoria que servia os propósitos e os planos coloniais: todos eram Índios e todos eram Negros (Mignolo, 2004, p. 687).

Logo, poderíamos falar que foram e são saberes (conhecimentos científicos) ancestrais de produção de arte, cultura e conhecimentos que não estariam na seara do colonial ou das colonialidades. Porque não podem ser também referentes teóricos simplesmente usados para analisar objetos atuais. Mas, ainda, desses projetos não hegemônicos en-cobertos, na pior das hipóteses, como muito bem fazemos, alguns teóricos latinos (até descendentes daqueles povos exterminados) nos tornam (ou muitos de nós mesmos fazem conosco), baseados na lógica do comparar-se com aqueles por meio de uso desses e de teorias migrantes,

descendentes diretos da miscigenação com europeus e estadunidenses, mas, sem reconhecer a descendência indígena e/ou africana, como se fossemos os projetos daqueles fracassados como sendo pseudoeuropeus e/ou pseudoestadunidenses. E mais, para não deixar dúvidas: esses estudiosos, comprometidos subalternamente com a história (dita) universal, de produção, de cultura e dos conhecimentos (ditos) científicos, reforçam nosso **prendimento** em relação à tudo daqueles como se fossemos semelhantes e/ou cópias e/ou influenciados e/ou iguais e/ou galhos e/ou outros comparativos àqueles porque se auto corrompem querendo sê-los. Ao certo, portanto, não pensando-sendo latinos sabiamente não-europeus e/ou não-estadunidenses e que, fazendo uso e manipulando teorias, não promovem o **desprendimento** descolonial e nenhuma ideia de contra-as-colonialidades para pensarem-sendo contra qualquer ideia de colonização e/ou colonialidades como totalidades ainda claramente vigentes. Clara deve ficar agora minha argumentação que: **DE**prendimento não é em hipótese nenhuma o mesmo que **DES**prendimento.

RIFA-SE UMA CULTURA – ao preço de bananas (quando banana não valia quase nada) fomos tornados estrangeiros em terras *brasilis*

174

“Meu interesse na colonização e na teorização pós-colonial não foi, não é e não será o de um **fiel convertido tentando converter outros à sua doutrina**, mas o de um **observador de um determinado cenário intelectual contemporâneo e de um participante comprometido com a reflexão crítica sobre os legados coloniais que continuam a estabelecer padrões na interpretação de fenômenos culturais**, em políticas estatais e em conflitos internacionais”⁶ (Mignolo, 2015a, p. 118, tradução livre minha, grifos meus).

Quando me perguntam; professor, porque descolonial e não decolonial? Confesso que em muitos casos automaticamente respondi dizendo que era uma discussão desimportante, que não passava, mais uma vez, de uma alternativa de uso pela internacionalidade da palavra do que pela opção da brasilidade das discussões. Mas, com o passar do tempo, vejo que não foi bem isso que aconteceu

⁶ “Mi interés por la colonización y la teorización poscolonial no era, no fue, ni es la de un fiel converso que trata de convertir a otros a su doctrina, sino la de un observador de cierto escenario intelectual contemporáneo y la de un participante comprometido en la reflexión crítica sobre los legados coloniales que continúan marcando pautas en la interpretación de los fenómenos culturales, en las políticas estatales y en los conflictos internacionales” (Mignolo, 2015a, p. 118).

única e exclusivamente, pois, infelizmente, esta também continua sendo uma estratégia validada de colonização, agora de *colonialidade do saber*. A exemplo do significativo número de palavras estrangeiras, cada vez mais, que pululam nossos vocabulários, dicionários e imaginários. Mas, para além de opção por língua ou linguística e até por linguagem, percebo que, na grande maioria dos casos, é falta de compreensão mesmo do que seja o pensar-descolonial; poderia grafar assim a partir de agora que talvez desse melhor entendimento da minha **opção** por descolonial, descolonialidade, descolonização, descolonizado, e, pensar-sendo como um pensamento descolonizado em suas mais diferentes variáveis ao usar o DES em contraposição teórica ao fazer uso desses como variantes originados do espanhol decolonial como teorização *sobre* práticas não-hegemônicas.

O que quero eu dizer quando falo de colonialidade do poder e colonialidade do saber? As duas categorias foram introduzidas na língua castelhana da América Latina com vista a dar conta de diferentes aspectos do diferencial epistémico colonial que, desde o século XVI, preside à crença na superioridade da ciência e do saber ocidentais [...] e na duvidosa racionalidade do conhecimento em línguas que não sejam o grego e o latim ou as suas versões vernáculas (italianos, espanhol, português, francês, alemão e inglês), isto é, as línguas vernáculas coloniais da modernidade ocidental (Mignolo, 2004, p. 668-669).

175

Falo em minha opção porque é mesmo uma opção de vida o que fiz. Pensar, ao menos tentar pensar-sendo, e viver a descolonialidade como opção de vida. Sabendo, ainda assim, que mesmo alguns que fazem uso do DE talvez estejam cheios de boas vontades. Mas, como já dito, o inferno... Isso, minha opção de vida, por si só, já demarcaria o lugar da descolonialidade como um pensamento e não como um mero arranjo teórico, e, como dito também, não quer dizer que esteja dizendo que todos e todas que se referem à teoria decolonial estejam meramente sendo teóricos importadores, mais uma vez, de teorias em línguas estrangeiras específicas e hegemônicas migradas para o Brasil. Pois, neste caso, ainda, é bom que se lembre, não basta usar autores e autoras indígenas e africanos, mais ou menos publicados no Brasil, até lido ou não lido no Brasil e fora dele, se não estiver pensando que tudo que tenta pensar se articula por uma *opção outra* que não seja a ocidental de mundo sob as colonialidades e a ideia de ocidentalização, bem como também sob a noção de colonização e universalização de arte, cultura e conhecimentos.

Para entender o pensamento descolonial, é imperativo deixar de lado a ideia de que há apenas uma lógica no mundo, a da modernidade, e que não há outra maneira de

pensar a não ser pensar modernamente, o que pressupõe a oposição a universais abstratos desde o início. É por isso que é muito importante entender que a descolonialidade é uma opção. Assim, a esquerda e a direita operam com o mesmo “programa” epistemológico-teológico (já que hoje os princípios são assumidos pela fé e por interesses pessoais, e não racionalmente) do qual o pensamento descolonial trabalha para se desvincular. Nesse distanciamento, o “prospecto” descolonial está em jogo, como pensamento e como opção⁷ (Mignolo, 2015a, p. 84, tradução livre minha).

A *a partir de*, neste caso, é uma argumentação que situa o corpo que *pensando* em um lugar geográfico e histórico específicos como condição de atuação política. Outrora, contrário a corpos que situados em lugares que foram estabelecidos pela história e geografia europeias e/ou estadunidenses – que nos estabeleceram as classificações de gênero, raça, classe, fé, língua e ciência – que sempre foram usados, inclusive por muitos de nós brasileiros, para falar *de/sobre* nossas produções de artes, culturas e conhecimentos como se fossem aquelas. Portanto, um *a partir de*, assim como um *sobre*, nesta ótica em que estou me sustentando estabelecem (temporal e geograficamente) de onde (até supostamente⁸) o corpo que pensa e o que diz pensar afirmam estar pensando as práticas das culturas. Por isso, minha argumentação entre preferir (como uma opção de vida) falar *a partir de* onde meu corpo habita histórico e geograficamente como um lugar específico, com suas memórias e histórias experienciadas (Bessa-Oliveira, 2023), estou me constituindo enquanto sujeito incomparável na produção de arte, cultura e conhecimento. De outra forma, enquanto um falar *sobre* corpos da exterioridade, por exemplo, dá ótica de quem

⁷ “Para comprender el pensar descolonial es imperativo dejar de lado la idea de que hay solo una lógica en el mundo, aquella de la modernidad, y que no hay otra manera de pensar que pensar modernamente, lo que supone de entrada universales abstractos opuestos. Por eso es muy importante entender que la descolonialidad es una opción. Así, la izquierda y la derecha operan sobre un mismo “programa” epistemológico-teológico (puesto que hoy los principios se asumen por fe e intereses personales más que racionalmente) del que el pensamiento descolonial trabaja para desprenderse. En ese desprendimiento se juega el “prospecto” descolonial, como pensamiento y como opción” (Mignolo, 2015a, p. 84).

⁸ Este supostamente faz-se na medida em que estou considerando que corpos que não habitam a europeidade e/ou a estadunidensidade – vamos dizer assim considerando essas minhas invenções de última hora – pensam poder falar de nossas práticas culturais considerando ocupar aqueles tempos e espaços deles, mesmo sendo corpos da ex-centricidade e não-sendo corpo da exterioridade.

opta por “fazer opção para suas vidas” em continuar pensando ser-europeu e/ou ser-estadunidense, mesmo sem o sê-los, faz uso de teorias migradas desses lugares e histórias para (re)forçar nosso enquadramento “junto” deles, em seus tempos históricos e como ilhas geográficas daqueles, como se supostamente os fossem.

Do mesmo modo, a opção descolonial como atuação política não condiz com preferência partidária. Na esteira de Mignolo, portanto, é preciso compreender que atuações de “esquerda” ou de “direita”, ainda de “centro-esquerda” ou “centro-direita” como têm se dividido as supostas “Casas de Leis” brasileiras que mais parecem ringues de disputas entre bárbaros no sentido mais greco-romano, não estariam fazendo opção por pensar racionalmente as questões de diversidades e especificidades *bio* e histórico-geográficas brasileiras que demandam políticas diversas. Logo, vivemos, ainda, dentro dos sistemas que mais deveriam nos possibilitar alternativas *outras* como políticas, em situação de encarceramento das diferenças por opções a padrões de fé, gênero e raça, mais ainda no caso das “Casas de Leis” brasileiras, especialmente, que defendem o cristianismo, o homem heteronormativo e branco sendo de classe alta como totalitários.

Sendo isso bem conhecido, não é, porém, ainda fácil (tanto para os pensadores de direita como para os de esquerda) pensar a partir da perspectiva de que a ciência, a democracia, etc., não são nem o ponto de chegada, nem o nome correcto para designar uma prática cognitiva ou um ideal universal de organização social (Mignolo, 2004, p. 683).

177

Falta a inclusão de muitas pessoas das diferenças múltiplas dentro da ideia de ciência, da democracia, de política, de corpo, etc.

Um conceito totalitário de *ciência* ou de *democracia* significa que quem quer que pense ou faça algo diferente sob o nome de ciência ou de democracia é não apenas estranho, subdesenvolvido, um delinquente ou um fora-da-lei que desrespeita ou mina o significado real do signo de *de-notação* (Mignolo, 2004, p. 683).

Nesse sentido, logo antes exposto, pensar *sobre* e pensar *a partir de*, para minha perspectiva; minha, exclusivamente, não, mas considerando o pensamento descolonial como *epistemologia outra*, como *paradigma outro*, como *giro descolonial*, entre outras definições ao modo de pensar como opção de vida já dadas para esses – mas que articulam-se a fim de discutir e compreender os encobrimentos e as homogeneizações sobre nós, os Latinos e as outras culturas não hegemônicas (culturas que não são reconhecidas como herdeiras diretas das europeias e/ou estadunidenses que não sejam miscigenadas/aculturadas) –,

estabelece uma diferença significativa entre o pensar-sendo *a partir de* como sendo um pensamento descolonizado (descolonial) em relação ao pensar-não-sendo europeu e/ou estadunidense que se estabelece como teorização decolonial *sobre* as práticas culturais (de arte, cultura e de conhecimentos) das culturas colonizadas. *O pensamento descolonial trabalha para se desvincular* e desprender das amarras da colonização e das colonialidades as culturas e pessoas que foram enquadradas nos padrões que as teorias colonizadoras insistem em nos manter para nos anular.

Desde o século XIX, antes da teologia, foi a egologia que guiou a universidade kantiana-humboldtiana e o padrão ocidental de conhecimento que se espalhou com o imperialismo britânico e francês. Esse último não só se difundiu, como também se tornou o critério de julgamento para colocar conhecimentos em posições subalternas em comparação com o local do conhecimento hegemônico, para determinar hierarquias epistêmicas (e fazer com que todos os outros parecessem simples quando reivindicavam conhecimento em idiomas além do grego/latino e dos vernáculos europeus imperiais)⁹ (Mignolo, 2015a, p. 148, tradução livre minha).

Entre muitos, infelizmente, foram vários os teóricos e teorias que contribuíram para chegar aonde estamos hoje. Estudos Comparados, Estudos Culturais, entre outros, mas sendo os mais recentes, da minha perspectiva, foram muito mal interpretados pelas universidades, poderíamos até mesmo dizer que foram mal traduzidos – *ipsis litteris* – pelos próprios estudiosos que foram lá fora buscá-los e pelos que aqui bem os aninharam, e seus especialistas ao institucionalizarem teóricos e teorias estrangeiros – importados e até mesmo buscados por nós ao estudarmos fora – no uso descontrolado deles *sobre* nossas produções culturais. A fim de sermos comparados, ou, de nos comparar com as nominadas Altas Culturas e produções canônicas, acabaram por fazer mal uso desses estudos e teorias que até “bem intencionalmente” poderiam ter nos mostrado caminhos outros possíveis. Entretanto, como já argumentei antes aqui, dependeu, muitas vezes, da escolha de vida (que queriam para si) que os nossos

⁹ “Desde el siglo xix, antes que la teo-logía, fue la egología la que guió la universidad kantiana-humboldtiana y el estándar occidental del conocimiento que se extendió con el imperialismo británico y francés. Este último no solo se extendió, sino que se convirtió en el criterio de juicio para colocar conocimientos en posiciones subalternas en comparación al locus del conocimiento hegemónico, para determinar las jerarquías epistémicas (y hacer que todos los demás parecieran simples cuando hacían reivindicaciones de conocimiento en lenguas más allá del griego/latín y las lenguas vernaculares imperiales europeas)” (Mignolo, 2015a, p. 148).

especialistas resolveram fazer no uso desses estudos, teóricos e teorias. Logo, se os usaram pensando-sê-los (para pensar sobre nós como europeus e estadunidenses pensam) ou se quiseram pensar-nos-sendo como latino-americanos que ocupam corpos das diferenças locais, geográficas e históricas outras.

Baseados ainda nas mesmas *hierarquias epistêmicas* constituídas desde a invenção da narrativa de descoberta sobre nós os latinos, brasileiros estabelecidos em universidades nos denominados centros do Brasil continuam fragmentando as produções de artes, culturas e conhecimentos entre as que importam e as que são desimportantes e/ou as que devem ser desimportadas. Nesse sentido, não somente como lócus de experimentação, a América Latina é lugar geohistórico de efetivação de um racismo epistêmico que, na mesma esteira, poderíamos dizer ser um geohistórico-racista-machista-branco-cristão epistêmico. Pois, mais ainda as Universidades brasileiras com seus respectivos intelectuais de formação nas bases europeias e estadunidenses, na sua grande maioria, continuam refutando dos Sistemas ou arrebanhando para os Sistemas Oficiais apenas o que lhes correspondem acerca dos padrões de gênero, raça, classe, fé, línguas e de ciência. Assim, não é muito difícil de compreender o porquê, por exemplo, as realizações de conhecimentos não colonizados não alcançam os espaços institucionais, quando não sendo em apoio como exóticos aos conhecimentos disciplinares.

179

Nos século XVI e XVII, o cristianismo enquanto filosofia (a teologia) e enquanto prática (o colonialismo nas Américas) estabeleceu os alicerces da modernidade/colonialidade e o privilégio de um lugar em enunciação que a filosofia secular, dois séculos mais tarde, e a santificação da ciência, no século XIX, viriam a capitalizar: da perspectiva do cristianismo, as outras religiões, bem como os seres humanos e o conhecimentos humanos por todo o planeta, eram classificados e hierarquizados como “não tendo ainda lá chegado”. [...]. [...]. [...]. [...]. Não quer isto de modo algum dizer que alguma das alternativas ao cristianismo teria sido “melhor” ou “preferível”, ou que não teria havido espaço para a crítica. O que estou a afirmar não é uma defesa ou uma celebração do não-ocidental, mas uma crítica do critério hegemônico de dois pesos e de duas medidas da filosofia ocidental do conhecimento e a rejeição sumária do que os pensadores modernos inventaram como sendo tradicional (Mignolo, 2004, p. 676).

As teorias que migraram para o Brasil, quase sempre, senão sempre, reforçaram e ainda reforçam a nossa subserviência às nominadas tradições culturais, artísticas e científicas, quase sempre, pelo equívoco, muitas vezes, promovido pelos intérpretes disciplinados (teóricos e críticos) nas universidades. Ou seja, se como já disse antes – todos os conhecimentos parecem ter boa

intenção (mas de boa intenção o inferno está cheio), muitos estudiosos brasileiros parecem não ter compreendido que, por exemplo, os Estudos Culturais, antes de ser disciplina, tinham como pretensão estudos de culturas, não estudar as culturas (colocadas como inferiores) comparando umas muitas com outras poucas ditas Superiores/Altas Culturas que deveriam ser Uni(ca)versais. Igualmente, se por um lado os Estudos Comparados poderiam ter nos possibilitado reconhecer as diferenças sem comparativos qualificadores entre culturas diferentes, por outro, no Brasil, equivocadamente, muitos estudiosos fizeram o desserviço de nos comparar quase exclusivamente a fim de nos assemelhar às culturas Superiores/Altas Culturas, dando continuidade à superioridade daquelas, ou nos inferiorizando em relação a elas, e, na grande maioria dos casos, fizeram mais ressaltar a nossa incapacidade de ter semelhanças em detrimento de sermos diferentes.

A equação entre o lugar geográfico (ou geohistórico) e a teoria (bem como a produção de conhecimento tecnológico) está relacionada à equação moderna entre o tempo e a teoria (e a produção de conhecimento tecnológico). **O estágio atual da globalização está reconvertendo a prioridade que a modernidade colocou em uma progressão linear e temporal da história universal na simultaneidade espacial das histórias locais.** Se pudermos distinguir entre a história universal (como a progressão da humanidade em direção ao estágio mais elevado da civilização, que Hegel exemplificou com o coração da Europa, ou seja, Alemanha, Reino Unido e França) e a história mundial como a multiplicidade de histórias locais, então podemos afirmar que hoje – por meio da Internet e da comunicação via televisão por satélite – a história universal não é apenas aquela contada a partir de determinados espaços geográficos e epistemológicos (por exemplo, as lições de Hegel sobre a história universal), mas que **as histórias mundiais são muitas, precisamente porque só podem ser contadas a partir de uma encarnação local e não a partir de um sujeito desencarnado que observa a história universal** do lugar atribuído a Deus, fora da história. **Histórias locais, cuja interconexão a historiografia colonial tendia a obscurecer**¹⁰ (Mignolo, 2015a, p. 122, tradução livre minha, grifos meus).

¹⁰ “La ecuación entre lugar geográfico (o geohistórico) y teoría (al igual que la producción tecnológica de conocimientos) está relacionada con la ecuación moderna entre tiempo y teoría (y producción tecnológica de conocimientos). La etapa actual de globalización está reconvirtiendo la prioridad que la modernidad puso en una progresión lineal y temporal de la historia universal en la simultaneidad espacial de las historias locales. Si podemos distinguir entre historia universal (como progresión de la humanidad hacia la etapa mas alta de la civilización, que Hegel ejemplificaba con el corazón de Europa, es decir, Alemania, el Reino Unido y Francia), y la historia mundial como la multiplicidad de historias locales, entonces podemos afirmar que hoy –

Viver às sombras das árvores europeias e/ou estadunidenses não nos permitiu, em muitos casos, criar e cultivar nossas próprias raízes. No muito criamos ramificações que dependem deles como adubos (sobreviver) ou agrotóxicos (extermínio). Acabamos por preferir, ainda hoje, cortar laços ancestrais com nossas origens, memórias e histórias (indígenas e africanas), a fim de cultivar a relação com culturas que sempre nos colocaram como dependentes delas. Primeiro, evidentemente, por causa do processo de colonização, descrito sob a narrativa fictícia de descobrimento quando nos en-cobriram quase totalmente. Segundo, do século XX para cá, sob a lógica da globalização balizada em desenvolvimento e progresso para todos, sem perceber a sua tese de fato: desenvolvimento e progresso a qualquer custo, mas não ao custo da vida de todos, pois, deve pagar as contas aqueles que devem submeter-se ao trabalho, quase correlato à escravidão – só não é porque se julga que os baixos salários são compensadores –, trabalho que é ainda submetido às diferentes colonialidades: do ser, do saber, do poder e das subjetividades, bem como classificado por gêneros, raças e classes, quando não também por fés e línguas tratados de formas diferentes entre quem é-inferior e quem é-superior.

Muitos de nós não têm sequer consciência de que nossas míseras felicidades de hoje são resultadas das milhares de centenas de mortes do passado histórico colonial latino-americano, bem como ainda não sabem que nossa felicidade depende da morte, literalmente, de muitos corpos não submetidos às lógicas carcerárias das colonialidades. É bom lembrar que muitos corpos não somente foram en-cobertos e/ou silenciados porque foram literalmente dizimados pelos colonizadores bárbaros que nos invadiram e acabaram com histórias locais aqui presentes por milhares de anos. “A Europa tornou-se o “presente” numa história em que o passado estava na Ásia, o futuro na América e o silêncio em África” (Mignolo, 2004, p. 690). Hoje, esses seriam vistos como corpos não aptos ao trabalho materialista do capitalismo, por exemplo, que exige o corpo perfeito, mas também seriam corpos não distinguíveis pela lógica binária heteronormativa que

181

mediante Internet y la comunicación televisiva vía satélite– la historia universal no es solo una que se cuenta desde determinados espacios geográficos y epistemológicos (por ejemplo, las lecciones de historia universal de Hegel), sino que las historias mundiales son muchas, precisamente porque solo pueden contarse desde una encarnación local y no desde un sujeto desencarnado que observa la historia universal desde el lugar asignado a Dios, fuera de la historia. Historias locales, cuya interconexión la historiografía colonial tendió a ocultar” (Mignolo, 2015a, p. 122).

não encontram lugar na sociedade que tem base colonial de raça, gênero, classe, fé, línguas e a ciência cristãos. Por isso, ao deitar-se nas brumas dos seus macios travesseiros de penas de gansos mortos, é preciso lembrar-se que nossa base histórica como narrativa ficcional construída continua assassinando corpos para que alguns parques continuem sendo muito felizes enquanto vários e várias outros e outras estão sendo, literalmente, assassinados porque sequer eram sagrados por “Deus”; o deus de invenção cristã-europeia.

Portanto, movidos pela identidade cristã – assimilada na Europa do período Medieval –, os europeus se acreditaram moralmente incumbidos de uma missão salvífica e civilizadora, já que o *outro*, primeiro o indígena (das Américas) [e africanos trazidos mais tarde] e depois oriental, era[m] incapaz[es] de se desenvolver por conta própria.

Toda essa marcha promovida pelo movimento sincronizado entre a identidade cristã e o imaginário de *eu* que é superior ao *outro*, desembocou-se no imperialismo moderno. Nas bases deste imperialismo, predominou, efetivamente, o discurso racista. O mais tenebroso de todos os discursos desse gênero e contemporâneo à Revolução Industrial, foi o racismo explícito (ou racismo científico). Este que emergindo em 1840, teve por finalidade comprovar científica e biologicamente a superioridade da “raça branca” europeia frente ao resto do mundo (Linhar, 2024, p. 34).

A infelicidade, certamente, deve mesmo pairar sobre nós! Pois, nós continuamos nos comparando – nós não, muitos teóricos e críticos – em relação aos europeus, especialmente em relação às suas produções artísticas, suas culturas e de seus conhecimentos. E isso, a fim de sermos salvos por Deus, por aquele modelo de deus punidor e vingativo que vigia ao seu servo como se ele fosse constituído como puro pecado para ser castigado. “Para além dessa esfera, os universitários e cientistas da Ásia, da África e da América Latina teriam menos credibilidade e seriam vistos como invejosos a queixar-se dos feitos de outros” (Mignolo, 2004, p. 701). Fomos primeiro en-cobertos, como deixa claro Enrique Dussel em “1492: o encobrimento do outro: a origem do mito da modernidade: Conferências em Frankfurt”, 1993, para em seguida, aos que sobraram, sermos tornados imagem do colonizador. Hoje, dando continuidade a fatídica história (dita) universal, por meio das produções de arte, cultura e conhecimentos somos “assemelhados” – ainda que não sendo sequer humanos em relação a eles – por nossos próprios “pares” que preferem a comparação à suposta semelhança em detrimento da diferença como opção (de vida) para legitimar nossas produções. Baseados em teorias que perseveram em classificar, usando esse ou aquele prefixo, sufixo ou conceito, uns como melhores que outros de acordo com a

ordem de chegada e sempre vindos de fora dos territórios latinos, insistem em dizer que *ser*-humano é privilégio de poucos que são vistos como o *eu*, ou como o *mesmo*, em detrimento de muitos que são *outros* sem poderem ser de fato Outros.

Muitos de nós brasileiros, quando buscamos os estudos fora do Brasil, acabamos por cruzar o Atlântico em busca de um conhecimento histórico-temporal localizado na geografia europeia. “O eurocentrismo funciona como se não houvesse nenhum lado de fora das macronarrativas canônicas da civilização ocidental ou da Modernidade europeia desde a Renascença” (Mignolo, 2004, p. 701). Porque, para os europeus, desde os renascentistas, não existe o de fora a si-mesmos! Na sua grande maioria não miramos a América Latina a fim de experimentar experiências mais próximas às nossas, aos nossos corpos que têm como marca o castigo da colonização: já que falamos de um continente em que todos os países foram alvo de colonizações (com exclusividade nossa que fomos colonizados por portugueses, mas na sua grande maioria países colonizados pela coroa espanhola e, mais ao norte, por coroas inglesas e francesas). Sobre isso, muito bom seria se tivéssemos desde sempre buscado compreender como os demais países latinos lidaram e lidam com a história de colonização ao contrário de irmos buscar aprender como ser aqueles que invejamos comparativamente sê-los: os colonizadores. E isso, vale dizer, não quer dizer que não seja possível, até mesmo necessário, ir estudar e conhecer os países situados no outro lado do oceano ou mesmo os países americanos situados ao norte geográfico das Américas. A diferença estaria, tanto em um caso quanto em outro, em saber reconhecer diferenças acerca da *condição* e *situação* de cada um desses lugares em relação à colonização e às colonialidades.

A política e a sensibilidade do lugar geocultural (histórias locais) são comparadas, em meu argumento, à política e à sensibilidade de gênero, raça ou posição de classe. Em todos esses casos, a produção de conhecimento e a necessidade de teorias não são mais motivadas por um desejo abstrato e racional de dizer a verdade, mas (talvez principalmente) por preocupações éticas e políticas sobre a emancipação humana dos legados coloniais¹¹ (Mignolo, 2015a, p. 247, tradução livre minha).

¹¹ “La política y la sensibilidad del lugar geocultural (historias locales) son comparadas, en mi argumento, con la política y la sensibilidad del género, la raza o la posición de clase. En todos estos casos, la producción del conocimiento y la necesidad de teorías ya no son guiadas por un deseo abstracto y racional de decir la verdad, sino (tal vez principalmente) por preocupaciones

Para minha argumentação, ao não percebermos as diferenças, dos latinos acerca dos desprendimentos das colonizações ou dos europeus como colonizadores, acabamos por importar indistintamente os conhecimentos (teorias e críticas) que fortalecem sempre a mesma narrativa de uma suposta história universal ilustrada pelas ideias de Modernidade e Progresso como Salvação. Esta sobrepondo-se a todas as histórias locais, pior, por pura escolha e na crença de manutenção de uma linha histórico-temporal e geográfica cronológica ao optar por teorias que a mantém como princípio básico porque se crê em uma única lógica racional moderna. “O “eurocentrismo”, enquanto conjunto de pressupostos e de crenças, opera por caminhos insuspeitos e está sempre a surpreender-nos ao virar da esquina” (Mignolo, 2004, p. 701). Travestindo-se de salvação, civilidade, desenvolvimento e progresso, o conceito de Modernidade sem colonização foi largamente difundido pelo mundo, a exemplo da América Latina, e fortificado pelos seus descendentes subalternos a fim de continuação da história universal por meio de teorias e teóricos que ainda nos (en)(des)cobrem. Neste caso, estou desenvolvendo toda esta argumentação porque minha preocupação é a de que o pensamento descolonial pode acabar por ser tornado mais uma dessas teorias que chegaram por aqui como acabaram por fazer, inclusive, com teóricos e teorias pós-coloniais (Ranjit Guha, Gayatri Spivak e Homi K. Bhabha, além de outros) e subalternistas que tinham, mesmo descendendo de estudos por esses realizados na Europa e nos Estados Unidos, as tais “boas intenções”.

Parecendo não se importarem com a mera aplicabilidade das reflexões e impressões pessoais de muitos dos teóricos e teorias estrangeiros, muitos brasileiros não se importam com a disseminação em larga escala no Brasil desses. Menos ainda parecem se preocupar com o fato de que essas teorias e teóricos continuam por nos *en-cobrir* (Dussel) em relação aos europeus e estadunidenses, mesmo fazendo uso de reflexões e conhecimentos não oriundos e/ou emergentes daqueles colonizadores, mas que se dizem articular por uma perspectiva teórica contra-colonial e/ou decolonial a partir de corpos que se querem descolonizados.¹²

éticas y políticas sobre la emancipación humana de los legados coloniales” (Mignolo, 2015a, p. 247).

¹² Esta questão tem a ver com aqueles especialistas que insistem em fazer uso de corpos das diferenças como se fossem *corpus* teórico para dar ilustração às suas pesquisas acadêmico-disciplinares. Pois, de certa forma, aqueles que se querem descolonizados, da minha ótica, não vislumbram ou vislumbraram adentrar os muros das universidades como meras teorias/teóricos.

Quer dizer, reforça isso (a colonização/submissão), o processo de colonialidade, largamente, também, desenvolvido pelas universidades brasileiras e seus estudiosos (colonialidade do saber), assim como museus que colecionam diferenças (colonialidade do ser), em fazer uso dos pensamentos alheios à universidade a fim de controlá-los. “Enfim, a universidade e o museu são duas instituições chaves sobre as quais se fundou e se mantém a colonialidade do saber e da subjetividade”¹³ (Mignolo, in Lorca, 2014, p. 1, tradução livre minha). Logo, minha questão, desde o princípio, não está no nome ou em um ou outro termo a ser usado/grafado, mas na forma de pensar-sendo como as reflexões dos estudiosos se articulam: *a partir de* ou *sobre* (nós) as práticas culturais, por exemplo, da América Latina. Mais uma vez nas pegadas de Walter Mignolo: “Se a reflexão crítica sobre o colonialismo e os legados coloniais hoje deve ser chamada de pós-colonialismo, na realidade, pouco me importa”¹⁴ (Mignolo, 2015a, p. 118, tradução livre minha). Pois, o mesmo eu diria em relação a se devêssemos usar DES ou DEcolonial se a pretensão primeira fosse não continuar insistindo na “teoria” de que somos herdeiros diretos daqueles e/ou que seríamos capazes de produzir algo semelhantes a eles se comparados com eles; sendo nós o *resto* de mundo que não compõe a história universal de mundo hegeliana/kantiana.

Mas uma vez que a consciência da existência desse “resto” foi percebida, duas disciplinas foram inventadas para lidar com ele (e aqui me afasto um pouco de Wallerstein). A primeira, que vinha sendo desenvolvida desde o século XVIII, era o estudo (comparativo) das civilizações, cuja divisão geoepistemológica era “o resto”, distinguido por fortes religiões, religiões do livro em um caso (como o Islã), ou religiões que se espalharam por amplas áreas geográficas (como o budismo ou o hinduísmo). Ou seja, civilizações não europeias que se distinguiam pela posse de textos religiosos e éticos fundamentais que, infelizmente, não se encaixavam no paradigma secular da modernidade e do progresso. Edward Said rebatizou o estudo

Neste caso, ouvir esses corpos das diferenças é a única estratégia da qual pode lançar mão especialistas que querem ouvir como conhecimento o que esses falam sobre arte, cultura, corpo e conhecimentos seus.

¹³ “En fin, la universidad y el museo son dos instituciones clave en las que se fundó y se mantiene la colonialidad del saber y de la subjetividad” (Mignolo, in Lorca, 2014, p. 1).

¹⁴ “Si la reflexión crítica sobre el colonialismo y los legados coloniales hoy se debe llamar poscolonialismo, en realidad, me importa poco” (Mignolo, 2015a, p. 118).

dessas civilizações e o caracterizou ideologicamente como “orientalismo”¹⁵ (Mignolo, 2015a, p. 137, tradução livre minha).

Talvez, para satisfazermos o *ego conquiro* de que também fala Enrique Dussel, mas neste caso de brasileiros ressentidos e *invejosos*, esses deverão achar que, quem sabe, devêssemos falar em uma possibilidade de narrativa de *reparação geoepestemológica* – quer seja, se Said meneou-a de orientalismo, falaríamos de latinidade e/ou latinismo – com o mesmo sentido para dar continuidade a cronologia geo-temporal europeia e estadunidense. Mas, também já é sabido por muitos que, retomando as discussões históricas já ocorridas no Brasil, por exemplo, emergenciou-se chamar de regional/regionalismo tudo que não fora incluído na erudição europeia, menos ainda no mercado editorial estadunidense, para manter a cronologia lógica de uma suposta produção artístico-cultural (mais literária e visual) supostamente universal. Assim, na lógica de um localismo, o “eu conquisto” seria contemplado à medida que, por força de expressão e pressão da manutenção continuísta, reconheceríamos nas produções culturais locais apenas os fragmentos que fizessem relações diretas com a linha cronológica da história universal. Neste sentido, talvez, ainda pudéssemos ter tido ganhos maiores, penso eu, sinceramente, do que na ideia de nos comparar em relação aos europeus e estadunidenses. Pois, de algum modo, mais um talvez, possivelmente os críticos e teóricos encontrariam rastros de latinidade e latinismo que não fossem possíveis de serem comparados à europeidade e/ou estadunidensismo.

É no mínimo curiosa a institucionalização, por meio dos departamentos universitários brasileiros, das teorias e teóricos migrados da Europa e dos Estados Unidos. Largamente operacionalizados metodologicamente nos mais diferentes

¹⁵ “Pero una vez que se tomó conciencia de la existencia de ese “resto”, se inventaron dos disciplinas que se ocuparan de él (y aquí me aparto ligeramente de Wallerstein). La primera, que se venía gestando desde el siglo xviii, fue el estudio (comparado) de las civilizaciones, cuya repartición geoepestemológica fue “el resto” que se distinguía por sus religiones fuertes, religiones del libro en un caso (como el islam), o religiones que se habían extendido por anchas áreas geográficas (como el budismo o el hinduismo). Esto es, civilizaciones no europeas distinguidas por la posesión de textos fundacionales de carácter religioso y ético que, lamentablemente, no entraban en el paradigma secular de la modernidad y del progreso. Edward Said rebautizó el estudio de estas civilizaciones y lo caracterizó ideológicamente como “orientalismo” (Mignolo, 2015a, p. 137).

departamentos das Universidades brasileiras – em quase todos eles, mas vou me reservar em pensar tudo isso a partir das Artes, Humanidades e Humanas – essas teorias e seus teóricos acabaram por virar os únicos modos de operacionalizar e subsidiar todas as discussões analíticas que tratam das nossas práticas culturais: artísticas, culturais e de conhecimentos. Mais ainda, quase sempre tendo como comparativo as matrizes desses teóricos e teorias, não sendo diferente, Europa e Estados Unidos. Em muitos casos, parecendo até anular o processo de colonização, como se fosse uma *situação* natural em que a condição de ser ex-colonizados não tivesse sido imposta. “Ergueram-se importantes vozes críticas internas [à lógica universal], de Marx, Nietzsche e Freud a Adorno, e de Horheirmer (*sic*) a Levinas” (Mignolo, 2004, p. 688-689).

Há provas suficientes para conjecturar sobre os fundamentos do conhecimento ocidental: De Las Casas a Vitória em Espanha, de Bacon a Descartes e de Locke a Kant na França, Inglaterra e Alemanha, de Saint-Simon a Marx e de Nietzsche a Freud em França e na Alemanha, de Kepler, nascido no Sacro Império Romano, a Copérnico, nascido na Polónia, e a Galileu na Itália. Mesmo olhando de relance para esta lista, verifica-se que os fundadores do pensamento, da ciência e da filosofia modernos foram homens. Um segundo olhar revela que todos provêm da Europa ocidental. É certo que Copérnico nasceu na Polónia e estudou em Carcónia, mas também em Ferrara, Bolonha e Pádua. E uma terceira vista de olhos revela que todos estes homens europeus eram também cristãos (católicos ou protestantes, mas não ortodoxos) e brancos (Mignolo, 2004, p. 689).

É nesse sentido que acabo por dizer que a colonização deu margem para as colonialidades atuais serem tão naturalizadas como se fossem comuns e lógicas de retóricas continuístas. Mata-se mulheres porque o corpo feminino foi historicamente (universal) execrado desde a Idade Média; o corpo preto é aproximado ao macaco porque fomos desumanizados para servirmos exclusivamente para o trabalho escravo ou para a exploração sexual (que na sua lógica dá-se sempre às escondidas); as outras fés foram e são rechaçadas não porque elas não prestam, mas por que foram tornadas pervertidas e perversas para fazerem ressaltar o cristianismo como única forma de salvar almas; o prazer sexual foi tornado pecado (des)grassado na ideia de que todo o universo corpóreo é desejável por meio do sexo; várias línguas foram dizimadas para dar lugar às línguas oficiais do sistema desenvolvimentistas; não diferentemente a ciência extermina saberes e conhecimentos para manter o enriquecimento ilícito de poucos com muitos corpos adoecidos/adoecendo.

Colonização (*kolonisierung*) do mundo da vida (*Lebenswelt*) não é aqui uma metáfora. A palavra tem sentido forte, histórico, real; é a quarta figura que 1492 vai adquirindo. “Colônia” romana (ao lado da “coluna” da lei) eram as terras e culturas dominadas pelo Império – que falavam latim (pelo menos suas elites) e que pagavam tributo. Era uma figura econômico-política. A América Latina foi a *primeira colônia* da Europa moderna – sem metáforas, já que historicamente foi a primeira “periferia” antes da África ou Ásia. **A colonização da vida cotidiana do índio, do escravo africano pouco depois, foi o primeiro processo “europeu” de “modernização”, de civilização, de “subsumir” (ou alienar) o Outro como “si-mesmo”; mas agora não mais como objeto de uma práxis guerreira, de violência pura – como no caso de Cortês contra os exércitos astecas, ou de Pizarro contra os incas –, e sim de uma práxis erótica, pedagógica, cultural, política, econômica, quer dizer, do domínio dos corpos pelo machismo sexual, da cultura, de tipos de trabalhos, de instituições criadas por uma nova burocracia política, etc., dominação do Outro. É o começo da domesticação, estruturação, colonização do “modo” como aquelas pessoas viviam e reproduziam sua vida humana. Sobre o efeito daquela “colonização” do mundo da vida se construirá a América Latina posterior: uma raça mestiça, uma cultura sincrética, híbrida, um Estado colonial, uma economia capitalista (primeiro mercantilista e depois industrial) dependente e periférica desde seu início, desde a origem da Modernidade (sua “outra-face”: *te-ixtlí*). O mundo da vida cotidiana (*Lebenswelt*) conquistadora-européia “colonizará” o mundo da vida do índio, da Índia, da América (Dussel, 1993, p. 50-51, grifos meus).**

Quando me refiro aos equívocos, em muitos casos, em relação a interpretação mínima dos Estudos Comparados e dos Estudos Culturais como opções que já poderiam ter sido explorados como opções outras de investigações – não estou suscitando aqui nenhuma ideia de que os Estudos Comparados ou os Estudos Culturais, como largamente praticados no Brasil, sejam pensamentos descolonizados (como meu argumento) e nem mesmo os considero estudos teóricos decoloniais (não levantarei tais suspeitas) –, me refiro à lógica antes descrita na passagem de Enrique Dussel de que não fomos colonizados apenas por meio da lógica da *práxis guerreira*. Pois, seguindo o pensamento do autor, é concreto afirmar que nós fomos **educados a apreender** as teorias e teóricos migrados e trazidos de fora por meio de uma equação que hoje me parece muito lógica. Mesmo dizendo antes que minha referência a Jacques Derrida pararia por ali, me valendo mais um pouco dos conceitos dele mencionados, tal equação seria assim: **Hospitalidade = subalternidade = a + homogeneidade** – pois, fazemos a predileção ao estran(ho)geiro – como ilustração da nossa boa aceitação, benevolência, intenção e submissão em aceitar acriticamente a educação (teórica/teorias e crítica) em relação ao processo de colonização subjetiva.

E, contrários à subjetivação que nos foi implementada/imposta no processo de colonização não como sendo exclusivamente da práxis guerreira, e, compreendo os Estudos Comparados e os Estudos Culturais como estratégias para comparar nossas práticas com nós mesmos e/ou estudar nossas culturas na diferença e não fazer estudos comparando culturas, desenharíamos a equação, baseados na lógica derridiana, mais uma vez, como sendo: **Hostilidade ≠ alteridade = a + singularidades** nacionais que são ≠(s) de regionalismos/bairrismos e, menos ainda, longe de nacionalismos.¹⁶ Logo, à medida que fomos e continuamos sendo hospitaleiros em relação aos estranhos/estrangeiros para *falar sobre* nossas práticas culturais (de artes, culturas e conhecimentos), continuamos por nos subalternizar ao primeiro processo de colonização europeu continuado pelas colonialidades estadunidenses que atribuíram a ela, à colonização, valores financeiros/comerciais (como forma de controle do ser pelo Ter) favorecendo ainda mais a necessidade de ter para ser, e, ao menos, ainda mais parecer com aqueles: **apreendendo** ao invés de **desaprender**. Quando, por outro lado, se nos percebermos hostis – sem ser bairristas e/ou nacionalistas/localistas/regionalistas – acabaríamos por condicionar às nossas alteridades/diversidades/especificidades/diferenças *biogeocorpográficas*, podendo e sabendo *falar a partir de* nós, a possibilidade de percepções das nossas capacidades de produção cultural (de artes, culturas e de conhecimentos) comparados a nós próprios e/ou em relação às diferentes culturas emergentes em solos brasileiros, por exemplo.¹⁷

Outrossim, à medida em que não estou tentando fazer ressaltar que minhas argumentações são, acompanhando Walter Mignolo na epígrafe que encima esta parte do meu texto, *de um fiel convertido tentando converter outros à sua doutrina*, compreendendo, ainda, que não me importa usar se usam DES ou DEcolonial se os interesses (desses) forem por privilegiar as vidas e as práticas culturais locais estudadas em emergências **NAS** próprias culturas em que dizem

¹⁶ Quando me refiro ao comparar-nos a nós mesmos, quero dizer que é estudar – uma prática muito comum dada à Universidade acadêmico-disciplinar – as práticas culturais em relação às nossas próprias culturas: melhor, seria investigar como essas práticas nos representam de fato, para nós mesmos e para o mundo aí fora.

¹⁷ Fiz questão de frisar com negrito alguns termos que são fundamentais, daqui para frente, para compreender minha conclusão acerca das discussões.

emergir. Pois, como já disse antes, usar este ou aquele teórico ou teoria não contempla um pensamento como sendo descolonizado da totalidade da colonialidade/modernidade à medida que sua necessidade, enquanto intelectual crítico/a e/ou teórico/a, for a de comparar-se ou nos comparar ou mesmo estudar a prática cultural (de artes, de culturas e de conhecimentos produzidos) em deferência de culturas alheias nas quais as práticas emergem. “O conhecimento e a compreensão não estão necessariamente relacionados com um nome famoso e pessoal” (Mignolo, 2004, p. 705). Mais ainda, é preciso compreender como advertência que, tais práticas (comparar conosco e/ou estudar nossas próprias culturas intrínsecas a nós mesmos), mesmo se considerando um possível pensamento descolonial contra lógicas de colonização/colonialidades, não seja em ressaltar semelhanças umas em relação a outras. Mas, é condição de um pensamento que não se queira moderno/pós-moderno ou colonial/colonizador com pretensões de cânones/tradições supostamente universais, seja descolonial, decolonial, seja contra-hegemônico ou contra-colonial não impor *situações* baseadas em *condições* cerceadoras em que a diferença de um seja equiparada à diferença de outro como meritocracia qualificativa. Comparar diferenças em busca de semelhanças ou para assemelhar-se é um ato de covardia. Pois, situar neste lugar comparativo das diferenças – uma em relação à outra – acaba por manter em situação localizada os mesmos argumentos de en-cobrimentos colonização/colonialidades histórico-geográfico-hegemônicos.

Os pensamentos descolonizados numa esfera em que não sejam colonizadores, já pensando na *pluriversidade* desses, a partir da minha argumentação anterior, não podem se restringir em constar de comparações de naturezas externas às práticas culturais e os sujeitos locais de qualquer natureza. Já que as diferenças são características indiscutíveis e intrínsecas e não naturalizadas quando se abre a mente para compreender que a modernidade, como diz Dussel, não foi ou é um fenômeno exclusivamente europeu, esta foi tornada exclusividade europeia repassada como “mito” de salvação com o preceito de colonizar pela lógica da civilidade. Nem mesmo, podemos argumentar, no mesmo sentido, que o desenvolvimento e progresso sejam as únicas lógicas de se viver no mundo quando se considera outros mundos naturais possíveis, esses foram e são armas de controles do corpo para o trabalho. Não sendo meras negações, mas formas *outras* de pensar o mundo ou pensar em mundos *outras* possíveis por meio de situações (culturais, políticas, econômicas, de fés, raças, classes, gêneros e conhecimentos – pensando nas classificações ocidentais de mundo), os pensares

descolonizados e mundos outros, que não estejam em concordância e submissão obrigatória/necessária à ideia de mundo colonizado e de mundo que vive as colonialidades como obrigações, evidenciaram-se porque são mundos em que as alteridades *vivem e fazem*-(ser, sentir, saber para fazer)-*sendo*.

Fomos identi-fixados como sujeitos outros, como dito, que não podemos ser Outros. Desde um comparativo “*dia-lético*”, nada ético, como descreve Enrique Dussel (1986), em que nos colocou em confronto como não-seres-humanos em relação ao Mesmo, que é o Ser-humano europeu, e, portanto, uma possibilidade ana-lética, também na esteira de Dussel, acaba por ser negada ainda hoje. Pois, somos, mesmo dito pelos que nos dizem ser nossos pares, comparados, em todos os sentidos, como aqueles que não podem ser-humano que produziram arte, cultura e conhecimentos como produzem os que se definiram como os que são os *Ser-humanos*. É preciso reconhecer que não mais lidamos apenas com a colonização, essa fica parecendo muito tempo passado e, por isso, acaba não sendo levada muito em consideração nos dias de hoje em relação às produções locais pela suposta diversidade dessas na lógica de contemporaneidade cronológica. “A continuidade paradigmática (mais do que a ruptura) que aqui postulo pode não ser aceite sem mais pelos historiadores da ciência, da filosofia e da epistemologia, na medida em que todos trabalham no âmbito do Mesmo Paradigma” (Mignolo, 2004, p. 672). Quando reconhecemos que o mundo vive, além dos resquícios da colonização, mas com as colonialidades, entendemos que as histórias que nos foram contadas e que se firmaram como narrativas de salvação (pela ideia de fé ou pela possibilidade de salvação pelo conhecimento científico) estão engendrando, ainda, na atualidade, as políticas, economias, entre outras coisas imateriais, e os corpos em todas as relações sociais e entre as diferentes sociedades por meio da ótica dual binária sem ética. E, infelizmente, muitos dos nossos Estudos Comparados e dos Estudos Culturais, esses não sendo nas perspectivas aqui já almejadas, se tivessem sido mais bem interpretados, fizeram, a partir da descrição de Enrique Dussel do conceito de colonização e na sua lógica dia-lética, comparações das nossas práticas e culturas reduzindo-as comparativa/culturalmente em relação aos colonizadores (civilizacionista) do século XVI e (desenvolvimentistas) do século XX.

O outro, para nós, é a América Latina em relação à totalidade européia; é o povo pobre oprimido da América Latina em relação às oligarquias dominadoras e, contudo, dependentes. O método do qual queremos falar, o *ana-lético*, vai mais além, mais acima, vem de um nível mais alto (*aná-*) que o do mero método *dia-*

lético. O método *dia-lético* é o caminho que a totalidade realiza em si mesma: dos entes ao fundamento e do fundamento aos entes. Trata-se agora de um método (ou do domínio explícito das condições de possibilidade) que parte do outro enquanto livre, como um além do sistema da totalidade; que parte, então, de sua palavra, da revelação do outro e que con-fiado em sua palavra, atua, trabalha, serve, cria. O **método dia-lético** é a expansão dominadora da totalidade *desde si*; a passagem da potência para o ato de “o mesmo”. O **método ana-lético** é a passagem ao justo crescimento da totalidade *desde o outro* e para “servi-lo” criativamente (Dussel, 1986, p. 196, grifos meus, itálicos do texto).

A passagem de Enrique Dussel dá sentido ao pensamento *biogeocorpográfico* como um *pensamento fronteiroço* que também é sustentado por Walter Mignolo, mas ambos, no meu caso e no caso dos autores – evidentemente sem nenhuma pretensão comparatista –, mas sem modéstia alguma em dizer que estamos pensando nas mesmas direções (libertação de corpos e pensamentos en-cobertos e reprimidos/oprimidos) –, nos referindo a esses como sendo opções de vida de pensar-sendo como sendo pensamentos descolonizados que são erigidos *a partir de* nós como sendo Outros. E, ainda que sendo por opções ideológicas, mesmo o termo parecendo ser absurdamente controverso, nossas opções são, também, pela vida do Outro – de mundos como *totalidade desde o outro* nas suas diferentes opções de mundos e vidas –, não pela continuidade da manutenção da perspectiva que olha o mundo como se fosse um único mundo que é a *totalidade desde si* euroestadunidense. Isso, de modo claro, dá também sentido a ideia de que um pensamento (como sendo pensar-sendo), como diferença/diferente de uma teorização (pensar-sobre), faz evidente que por mera opção ideológica continuemos sendo comparados, pelos não-ser-outros que nos comparam aos nossos colonizadores por meio da sustentação de suas práticas culturais (de artes, culturas e conhecimentos) como sendo as que DEVEM ser universais, enquanto, em relação às nossas, no máximo sejam contempladas como regionais, regionalistas, nacionais, nacionalistas e localistas com sentidos reducionistas e comparativos àqueles. E não que Ser um sujeito regional com sentido local tenha qualquer tipo de problema.

Toda mediação significante, semiótica, é ideológica quando oculta, e por isso justifica a dominação prática que o homem exerce sobre o homem (no nível político, erótico, pedagógico ou fetichista). Isto é, **toda teoria ou significante teórico, toda prática ou significante prático, toda poiesis ou significante poético em função de encobrimento da dominação é ideológico**. Por isso, **pode ser ideológica a ciência, a práxis, a tecnologia, o desenho etc**. Precisamos então de neologismos: cientificismo, tecnologismo, esteticismo, politicismo, erotismo,

pedagogismo etc., exprimem a posição ideológica de diversos métodos, que é o que agora nos ocupa (Dussel, 1977, p. 171, grifos meus).

Ideologia como descrito por Enrique Dussel não contempla um pensamento descolonizado à medida que as teorias suprimem corpos das diferenças, entretanto, no mesmo sentido que o autor coloca, precisamos criar neologismos e conceitos a fim de fazer evidenciar que os corpos das diferenças, antes encobertos e oprimidos, sempre pensaram e, por isso, precisam se reinventar (para re-existir). Entendendo que, para o bem (como estou propondo nos pensar) ou para o mal como sempre fizeram vários dos nossos teóricos e teorias importados “a ideologia é assim um conjunto de expressões semióticas que encobrem a dominação; quando são metódicas justificam-na mais completamente. A função ideológica, em sua essência, é a relação do sinal ou significante como justificação de tal práxis dominativa” (Dussel, 1977, p. 171). Diante disso, coloco minha opção como sendo uma ideologia que pode ser diferente, para o bem ou para o mal, à medida que ela também, em acordo com um pensamento que se quer descolonizado, pode descobrir e trazer em relevo o que fora e é encoberto pelos projetos disciplinares modernos e pós-modernos, ainda hoje, simplesmente por opção semiótica ideológica a partir das teorias que são manipuladas pelos teóricos e críticos universitários. Mas isso não depende, exclusivamente, de boa vontade, pois, aliás, o inferno está cheio delas.

Primeiro, no caso das pessoas que se dizem articuladas a partir de um pensamento contra-hegemônico, ideologicamente muitas delas não conseguem compreender que descolonizado é (deve ser) o pensamento, não a análise *sobre* as coisas à medida que você as coloca em comparação com situações/condições *biogeocorpográficas* estranhas a elas. Segundo, no caso dos disciplinados, é porque tendo em consciência a narrativa inventada como universal como princípio de tradição, ideologicamente fica impossível reconhecer a existência de outras culturas com suas tradições emergentes dentro de seus espaços geohistóricos epistêmicos diferentes da centralidade europeia e/ou estadunidense; pior, que essas não sejam “tradicionalistas” com sentido pejorativo em relação ao científico, por exemplo (fiz uma comparação maldosa aqui agora a fim de fazer aos desavisados entenderem), mas em relação à construção dos muitos neologismos que somos obrigados inventar. Nesse sentido, em muitos casos, a ideologia tem a ver com o princípio ético dos estudiosos que dizem investigar as produções artístico-culturais dos lugares nominados como periféricos, fronteirios, margens em relação a uma ideia de centro.

[...] a modernidade incorpora o pensamento territorial e a “monocultura do espírito”; a colonialidade abre-se à “uma outra lógica”, a do pensamento de fronteira e da diversidade de hermenêuticas pluritópicas em que se encontram dois modos territoriais de pensamento (o da modernidade europeia e o da diversidade de conhecimentos “locais” para além da Europa), um “dependente” do outro (por ser considerado inferior) (Mignolo, 2004, p. 691-692).

Mais uma vez, portanto, retomando ao pensamento de Mignolo, estou me articulando *a partir da* minha própria situação *biogeocorpográfica*, tendo em vista que sou obrigado, em muitos casos, a viver as agruras das ideologias alheias. Mas, ainda assim, preciso me conformar com a ideia ideológica (como opção de vida de alguns) em fazer valer os projetos hegemônicos – colonial do século XVI europeu e estadunidense do século XX – ainda na atualidade à medida que insistem em dizer, por exemplo, que artistas, professores e pesquisadores precisam re-conhecer os projetos globais como histórias universais para se constituírem como sujeitos pós-modernos/contemporâneos, por exemplo, dando credibilidade a ideia de linha temporal geográfica cronológica. Tenho me esforçado, ao longo dos anos, em não deixar um legado, mas em deixar ligados os indivíduos que estão produzindo suas práticas culturais na atualidade. Isso me aproxima de diferentes situações nas condições que nos são impostas, pois, ora sou compreendido, ora sou literalmente rechaçado em relação às pretensões ideológicas que primam pela burguesia. Mas não me preocupo. Ainda que cheio de insônia por outros motivos, durmo bem em relação às minhas produções que tentam, faço tentativas, não garanto conseguir, assim como não insisto que eles pensem *com* os diferentes Outros (*a partir de*, como diz Mignolo, ou *desde o outro* como assevera Dussel), como faço, que circundam minhas realidades e imaginários. Tenho muita tranquilidade quanto a minha pretensão ideológica de salvar vidas e mundo ao invés de querer aniquilá-los ainda que homogeneizando-os.

Estas argumentações, *sobre* “analisar”, “objeto”, “objetivo”, “método”, “metodologia”, são resquícios qualificadores de muitas produções (reduzidas a abstração europeia) em detrimentos de bem poucas que ocupam lugares de cânones/tradições na chamada história dita universal. E, de algum modo, me parece que, talvez esteja muito redondamente enganado em pensar assim, mas tais argumentações, diriam alguns, não são aspectos suscitados pelos Estudos Comparados e/ou Estudos Culturais em práticas hoje nas universidades. Enganam-se, pois, os acadêmicos praticantes dessas práticas, ao afirmarem que essas não o sejam meros comparativos de muitas culturas e suas práticas desqualificados em relação às tradições europeias construídas pelos discursos

coloniais e/ou em relação às riquezas estadunidenses erigidas pelas lógicas das colonialidades atuais – exercendo esses intelectuais o papel de formados pela lógica opressora do colonizador que faz deles supostos *subopressores* (Dussel), acabam por reforçar que nós não produzimos como aqueles. Quer dizer: não basta afirmar que você não está comparando, é preciso, antes, evidenciar em que medida sua argumentação está discutindo a prática intrínseca ao seu lócus e corpo enunciativos. E, já disse também em várias situações que uma não é originária e/ou mesmo dependente da outra para suas existências. As práticas se manifestam e emergem nas culturas diferentes de formas diferentes.

Na lógica de *comparação com* a cultura, na qual as práticas culturais dizem emergir, seria possível nós falarmos em estudos comparados e estudos culturais como sempre compreendi que esses deveriam ser e ter sido entendidos desde sempre. Pois, se buscarmos compreender como essas práticas se manifestam em emergência em relação às suas próprias culturas das quais dizem “representar”, podemos deslegitimar qualquer necessidade, obrigatória que seja, delas se assemelharem em relação ao comparativo e/ou culturas alheias a elas, as práticas. Neste caso, portanto, seria dispensável, por exemplo, qualquer ideia de tradição/cânone diferente em/de uma cultura sendo colocado como parâmetro para outra. Isso, por certo, nos daria margem para ressaltar as diferentes histórias locais em contraposição a lógica de projeto global, seja colonial seja em conformidade com as colonialidades. Esses dois imperativos, comparar as práticas em relação a outras, ou, comparar culturas diferentes, umas em relação a outras, são reproduções de doutrinas europeias e estadunidenses ensinadas pedagogicamente aos nossos intelectuais que foram lá fora buscar formação cultural. É volto a insistir: não quer dizer que não seja possível ir estudar fora. Mas, é bom lembrar, ao retornar, vai depender, a importância dos seus estudos, da sua opção ideológica.

“Resumindo, a diferença colonial ajuda a criar um enquadramento da história que não é linear nem cronologicamente organizada de uma forma ascendente da Antiguidade até à (pós) Modernidade ou, geograficamente, do Oriente para o Ocidente” (Mignolo, 2004, p. 694). Existem histórias locais outras – porque esta história que reconhecemos como universal é a história local da Europa – que não fazem parte dessa uni-versalidade e, pior, também não existem para construir noções de pluri-versidade para nossas Uni-versidades de hoje que insistem em ser monoculturais. Seja pela lógica comparatista, seja pela ideia de estudar culturas, o projeto universitário é euroestadunidense, seja pela lógica de

tradição/canônica, seja pela ideia de desenvolvimento e progresso. “Considerar a modernidade da perspectiva da colonialidade, em vez de analisar o colonialismo da perspectiva da modernidade, leva a algumas mudanças — sendo a mais importante delas a mudança da própria ideia moderna de ciência” (Mignolo, 2004, p. 694).

O exercício de comparar-nos e de nos estudar, culturalmente, em relação a outros, a fim de quaisquer que fossem/sejam os “adjetivos conceituais” que descrevi antes aqui, acabou por não deixar que prestassem atenção da importância e/ou relações dessas práticas culturais locais nas próprias culturas nacionais. E aqui não estou falando de localismos, bairrismos, provincianismos, etc, mais uma vez. Salvos alguns casos em que reconheceram as especificidades locais como particulares, nossa produção acabou sendo acercada e acercando-se de conceitos estrangeiros e estranhos aos nossos corpos. É neste tocante, nada simples, que digo que o ato de nos comparar somente nos colocou, mais uma vez, ao longo desses muitos anos, seja daqueles que tiveram ou não boas intenções, em situação de fraqueza, covardia, anulamento, en-cobrimento ou opressão em relação às práticas e culturas europeias/estadunidenses, pois, de algum modo, não fizeram descobrimento algum, mais uma vez, nenhum em prol de nós mesmos como diferenças, apenas divergências em relação àqueles e, por isso, fomos en-cobertos como diferentes. Precisamos re-escrever, a partir de agora, urgentemente, opções outras – descoloniais, decoloniais, contra-coloniais, contra-hegemônicas, contracoloniais ou contrahegemônicos, grafando como quer que sejam – que nos evidencie enquanto sujeitos **que pensam a partir de nós mesmos** (desde a ideia de sermos Outros), não mais como sujeitos que aplicam conhecimentos sobre nós (desde a noção do mesmo sobre nós).

CONSIDERAÇÕES, não sendo finais – aprender a descomparar para re-comparar

Há algo de podre na reflexão crítica brasileira.

É evidente que parafraseei agora, escancaradamente, porque não tem intenção comparativista, a frase “Há algo de podre no reino da Dinamarca” de *William Shakespeare, poeta, dramaturgo e ator inglês, tido como o maior escritor do idioma inglês e o mais influente dramaturgo do mundo*, em “Hamlet”, em que tem *na história um príncipe dinamarquês que busca vingar a morte de seu pai, o rei Hamlet que foi envenenado por seu irmão, Cláudio; esta peça foi encenada*

pela primeira vez, em 1601, na cidade de Londres. A expressão “Há algo de podre no reino da Dinamarca” aparece nesta obra e se referia a traições e homicídios que ocorriam na história. Hoje costuma ser usada para se referir a fatos obscuros, que ocorrem em determinados ambientes (políticos, sociais, familiares, etc.)” (Conte, 2023, *online*).

No meu caso, a paráfrase escancarada dá-se para “ilustrar” que há na crítica que ainda importa teorias e teóricos a fim de nos comparar(mos) com os Mesmos – mantendo-nos como outros – e não nos permitindo sermos diferentes, a manutenção de assassinatos de culturas, sujeitos, lugares, individualidades, narrativas, portanto, *biogeocorpografias* que habitam a exterioridade aos reinos encantados de europeus e/ou estadunidenses. Logo, há epistemicidas na crítica e na teoria “brasileiras” que não são de brasileiros. Agora sim, com sentido comparatista, posso dizer que essa operação de comparação nos operou o direito de dizer que *não há nada de novo na reflexão crítica brasileira*, desde que se valem das referências vindas e trazidas de fora quando falam sobre nossas produções culturais de arte, cultura e conhecimentos, não saímos do lugar de colonizados. Bem, mas é só para isso também que vai me servir a lembrança a Shakespeare neste texto: para evidenciar que comparativamente e até em promoção de estudos culturais comparando diferenças, não passamos, mais uma vez, por escancarar podridões em relação àqueles que se estabeleceram como padrões de qualidade porque têm tempo e lugar específicos e antigos. E, do mesmo modo, a paródia ao texto shakespeariano é para evidenciar que podridão sempre existiu e que existe em todos os lugares.

Diante disso, fico me indagando: baseado em quê, ou em quem, as pessoas defendem uma ideia de conhecimento, produção artística ou cultura como Universal? Porque, se por um lado essas pessoas estão nos comparando aos europeus e/ou estadunidenses, enquanto aqueles e suas práticas como universais, esses mesmos não nos consideram capazes de pensar. Enquanto, por outro lado, se esses mesmos brasileiros que reforçam a ideia de uma Produção Universal como indispensável para a construção do que é o conhecimento, esses indivíduos desconsideram qualquer outra cultura capaz de produzir conhecimentos e práticas culturais diferentes que pudessem ter sido considerados, e que foi desconsiderado – por isso *en-coberto* – como possibilidades de também serem conhecimentos imprescindíveis para se falar de universalização da capacidade de produzir saberes diferentes. Porque, é bom que se diga também, aos comparadores de plantão, falar de Conhecimento Universal é muito diferente de pensar em universalização do

conhecimento. Do mesmo modo, faz muito que comparar-nos àqueles não nos garantiu lugar nenhum ao sol.

Portanto, desta última ideia, seria possível contra-argumentar – mesmo não sendo *a partir de* minha opção como um pensamento descolonizado – que se a lógica de Universal europeia não contempla os diferentes sujeitos, lugares, corpos e narrativas, todos os diferentes em relação a eles, não seria possível dizer que o Universal deles é, na verdade, um fracasso total por que não passa de regional? “Daí que o discurso das ciências seja um discurso regional — o discurso da história regional do pensamento europeu” (Mignolo, 2004, p. 680). Isso, por sua vez, colocaria em xeque todo e qualquer conhecimento trazido de fora por meio de teorias e teóricas que os intelectuais brasileiros aplicaram à revelia *sobre* as nossas práticas e conhecimentos culturais diferentes no Brasil. Pois, de algum modo, para mim, fica evidente que eles mesmos são o seus próprios fracassos enquanto totalidade de qualquer coisa: seja em relação às produções artísticas – que aqueles sequer conhecem as produções de outros lugares que não os que eles colonizaram e trouxeram para incrementar as suas; seja em relação aos conhecimentos produzidos como saberes que a ciência insiste, até hoje em apagar porque colocaria em xeque até mesmo a noção de cientificidade da ciência mais dura por eles reforçada como único saber universal.

Como disse ao longo desta longa argumentação, é preciso reconhecer outros sujeitos, lugares, corpos e narrativas – *biogeocorpografias* – como produções culturais de artes, culturas e conhecimentos que estariam em evidência se não tivessem sido en-cobertos pela opção a um projeto global exclusivamente. Isso daria opção outra às diferenças enquanto re-existência; quer dizer, essas diferenças não sobreviveriam, não insistiriam em continuar apenas sobrevivendo. Mas seriam compreendidas, que fossem por nós mesmos, como diferentes em relação à matriz colonial de poder europeia e/ou a matriz capital de poder estadunidense. A partir disso, evidente, emergiram diferentes saberes como não sendo coloniais, por isso descoloniais ou decoloniais, contracoloniais, contrahegemônicos, etc. Porque seriam compreendidos como pensamentos outros, porque emergiram de mundos outros que não os mundos no plural encoberto pela singularidade como totalidade – ainda que diferentes –, mas emergidos por sobre a mesma perspectiva binária ocidental. Mas entendendo esses pensamentos outros, contra hegemônicos, é preciso compreendê-los como epistemologias, e não colocar o seu pensamento em compasso com esses em cronologias e geografias que dão continuidades às ideias de história universal e grande narrativa canônica

e, do mesmo jeito, para continuar falando de uma ideia exclusiva de tradição/universal.

Minhas argumentações de **aprender a descomparar para re-comparar** têm, em mesmo sentido, a ideia de “comparar para **descomparar para re-comparar**” (Cadernos de Estudos Culturais, 2024). Já que, em minha medida, é preciso que aprendamos a não nos comparar com o que nos é diferente para aprendermos a perceber nossas próprias manifestações culturais emergentes em nossas próprias culturas das diferenças. Portanto, não basta sermos iguais ao que nos é diferente, temos que nos ver como diferenças em relação aos assemelhados. Logo, comparar é também um ato covarde. Igualmente, contra-argumentar baseado na mesma lógica de mundo, usando dos teóricos e teorias que vieram e vêm dos mundos colonizadores, é continuar, portanto, nos comparando como um/a covarde. “A descolonização do conhecimento é uma tarefa crucial para a imaginação de um mundo diferente e melhor do que o mundo de hoje — o que foi construído sobre os princípios epistêmicos da Europa Renascentista e da Europa Iluminista” (Mignolo, 2004, p. 705-706). A descolonização do pensamento é a única possibilidade de re-existência para os mundos outros todos en-cobertos por “esses”. Princípios teóricos e teorias conseguem no máximo resistências para manter a sobrevivência.

Referências

BESSA-OLIVEIRA, M. A. Arte. Natureza. Corpo. Biogeocorpografias de vidas e de mundo: Arte. Naturaleza. Cuerpo. Biogeocorpografías de las vidas y del mundo. **Revista Cocar**, [S. l.], n. 23, 2024. Disponível em:

<https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/7937>. Acesso em: 15 jun. 2024.

BESSA-OLIVEIRA, M. A. **SEMINÁRIOS. DISCIPLINAS. EXPERIVIVÊNCIAS DESCOLONIAIS. PROCESSOS TRANS-FORMATIVOS DE PROFESSORES/AS DE ARTE**. **SciELO Preprints**, 2023. DOI: 10.1590/SciELOPreprints.6658. Disponível em: <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/6658>. Acesso em: 15 jun. 2024.

BESSA-OLIVEIRA, Marcos Antônio. PENSAMENTO DESCOLONIZADO COMO RE-EXISTÊNCIA DE PASSADO NA ARTE: PENSAR-NÃO-SENDO EUROPEU.. In: (Re)existências: anais do 30º encontro nacional da ANPAP. Anais...João Pessoa(PB) ANPAP, 2021. Disponível em:

<https://www.even3.com.br/anais/30ENANPAP2021/371014-PENSAMENTO->

[DESCOLONIZADO-COMO-RE-EXISTENCIA-DE-PASSADO-NA-ARTE--PENSAR-NAO-SEND-OUROPEU](#). Acesso em: 20 set. 2024.

BESSA-OLIVEIRA, Marcos Antônio. Os estudos comparativos não são pensamento descolonizado: arte, cultura e produção de conhecimentos biogeográficos fronteiriços. *Ñemityrã*, [S. l.], v. 3, n. 2, p. 51–67, 2021a. DOI: 10.47133/NEMITYRA2021200A5. Disponível em: <https://revistascientificas.una.py/index.php/nemityra/article/view/2464>. Acesso em: 15 jun. 2024.

CADERNOS DE ESTUDOS CULTURAIS. **Chamada de publicação de 2024:** LITERATURA COMPARADA DESCOLONIAL. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/cadec/index>. Acesso em: 16 jun. 2024.

CONTE, João. “Há algo de podre no reino da Dinamarca”. *blog.d.e.*. 11/10/2023. Disponível em: <https://sites.google.com/view/blogdadiretoriaabendi/home/h%C3%A1-algo-de-podre-no-reino-da-dinamarca>. Acesso em: 13 jun. 2024.

DUSSEL, Enrique. **1492**: o encobrimento do outro: a origem do mito da modernidade: Conferências em Frankfurt. Tradução Jaime A. Clasen. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.

DUSSEL, Enrique D.. **Método para uma filosofia da libertação**: superação analética da dialética hegeliana. Tradução Jandir João Zanotelli. São Paulo, SP: Edições Loyola, 1986.

DUSSEL, Enrique D.. **Filosofia da libertação**: filosofia na América Latina. Tradução Luiz João Galo. São Paulo: SP, Edições Loyola; Piracicaba, SP: Editora UNIMEP, 1977. Coleção REFLEXÃO LATINO-AMERICANA – 3, I.

LINHAR, Tiago Osiro. **Nascer é correr um risco**: o infortúnio do espaço e da origem. Curitiba, CVR, 2024.

LORCA, Javier. Entrevista a Walter Mignolo, professor e investigador de la Universidad de Duke “El control de los cuerpos y los saberes”. In: **Página 12**. Universidad | Martes, 8 de julio de 2014, p. 1-2. Disponível em: <http://www.pagina12.com.ar/imprimir/diario/universidad/10-250276-2014-07-08.html>. Acesso em: 08 jul. 2014.

MIGNOLO, Walter D.. Desafios decoloniais hoje. Tradução de Marcos de Jesus Oliveira. In: **Revista Epistemologias do Sul**. Foz do Iguaçu, PR. V.1, n.1, 2017, p. 12-32. Disponível em: <https://revistas.unila.edu.br/epistemologiasdosul/article/download/772/645>. Acesso em: 27 fev. 2024.

MIGNOLO, Walter. “Prefacio”. In: PALERMO, Zulma; [et.al.]; **Des/decolonizar la universidad**. compilado por Zulma Palermo. 1a ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Del Signo, 2015, p. 7-14.

MIGNOLO, Walter D.. **HABITAR LA FRONTERA**: Sentir y pensar la descolonialidad (Antología, 1999-2014). Francisco Carballo y Luis Alfonso Herrera Robles (Prólogo y selección). Interrogar la actualidad, n.o 36. Edicions Bellaterra, S.L., Barcelona, 2015a.

MIGNOLO, Walter D.. “Os esplendores e as misérias da “ciência”: colonialidade, geopolítica do conhecimento e pluri-versalidade epistémica”. In: SANTOS, Boaventura de Sousa. (Org.). **Conhecimento prudente para uma vida decente**: um discurso sobre as ciências revisitado. São Paulo: Cortez, 2004, p. 667-709.

Artigo Recebido em: 17 de julho 2024.

Artigo Aprovado em: 15 de setembro de 2024.